

Violência contra as mulheres é ‘pandemia global’, diz secretário-geral da ONU

António Guterres

Em evento na sede da ONU, em Nova Iorque, o secretário-geral António Guterres afirmou na segunda-feira (19) que o mundo só vai se orgulhar de ser “justo e igualitário” quando as mulheres puderem viver livres do medo e da insegurança cotidiana.

[\(Nações Unidas, 20/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Encontro marcou o lançamento da campanha #HearMeToo ou #MeEscuteTambém, que pede apoio às vítimas de violência de gênero, a fim de garantir que suas vozes e histórias sejam ouvidas, em vez de desacreditadas.

Em evento na sede da ONU, em Nova Iorque, o secretário-geral António Guterres afirmou na segunda-feira (19) que o mundo só vai se orgulhar de ser “justo e igualitário” quando as mulheres puderem viver livres do medo e da insegurança cotidiana. Chefe da Organização condenou a [violência de gênero](#), descrita pelo dirigente como “uma pandemia global”.

“É uma afronta moral a todas as mulheres e meninas, e a todos nós, uma marca vergonhosa em todas as nossas sociedades”, criticou Guterres em encontro de ativistas e especialistas para marcar o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher. A data é lembrada em 25 de novembro.

“No seu âmago, a violência contra as mulheres e meninas, em todas as suas formas, é a manifestação de uma profunda falta de respeito, o fracasso dos homens em reconhecer a igualdade e a dignidade inerentes às mulheres. É um problema de direitos humanos fundamentais”, completou o secretário-geral.

A autoridade máxima das Nações Unidas lembrou que violações motivadas por questões de gênero podem assumir diferentes faces: violência doméstica, tráfico de pessoas, violência sexual em situações de conflito, casamento infantil, mutilação genital e feminicídio.

“Essa também é uma questão profundamente política. A violência contra as mulheres está ligada a questões mais amplas de poder e controle nas nossas sociedades. Vivemos num mundo dominado pelos homens. As mulheres se tornam vulneráveis à violência por meio das múltiplas maneiras pelas quais nós as mantemos em (condições de) desigualdade”, ressaltou Guterres.

O chefe da ONU acrescentou que “quando as instituições deixam de acreditar nas vítimas, permitem a impunidade ou deixam de implementar políticas de proteção, elas enviam uma mensagem bem forte de que toleram e permitem a violência”.

Também presente no encontro em Nova Iorque, a presidenta da Assembleia Geral das Nações Unidas, Maria Fernanda Espinosa, alertou que 35% das mulheres em todo o mundo já sofreram algum tipo de violência física ou sexual. Em 38% dos homicídios de mulheres, o assassino é um parceiro íntimo da vítima.

“É um triste reflexo em todas as comunidades, países e nas Nações Unidas de que o mundo

ainda está longe de alcançar a meta de acabar com a violência contra mulheres e meninas”, lamentou a dirigente.

ONU lança campanha #MeEscuteTambém em apoio às vítimas de violência

O encontro na ONU marcou o lançamento da campanha anual 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. As ações de conscientização têm início normalmente no 25 de novembro e seguem até 10 de dezembro, Dia dos Direitos Humanos. Em 2018, a iniciativa tem como tema o apelo #HearMeToo ou #MeEscuteTambém, na tradução em português. A proposta das Nações Unidas é expressar apoio às milhares de vítimas de assédio sexual e outros tipos de abuso, muitas das quais vieram a público ao longo do ano passado para denunciar agressões.

“É um chamado para ouvir e acreditar nas sobreviventes, colocar fim à cultura de silêncio e que a nossa resposta tenha como foco as sobreviventes. Deve-se deixar de questionar a credibilidade da vítima. Em vez disso, deve-se centrar na prestação de contas do agressor”, explicou a diretora-executiva da [ONU Mulheres](#), Phumzile Mlambo-Ngcuka, no evento em Nova Iorque.



UN Women

✓@UN_Women

Time to support & empower survivors.
Time to spark a global conversation.
Time to [#orangetheworld!](#)[#16days](#) [#HearMeToo](#)

[8.554](#)

[20:21 - 15 de nov de 2018](#)

Segundo a dirigente, a estratégia de mobilização visa honrar e amplificar as vozes das pessoas – da dona de casa, no seu lar, a uma aluna que sofre abuso do seu professor, de uma secretária de escritório a uma atleta ou uma estagiária em uma empresa.

A campanha #MeEscuteTambém vai na esteira de movimentos globais recentes, como o #MeToo (#EuTambém), #NiUnaMenos, #TimesUp e #BalanceTonPorc.

Ao trazerem à tona casos generalizados e ocultos de violência de gênero, essas manifestações “reverteram o isolamento em sororidade mundial”, disse a chefe da ONU Mulheres.

“Graças a essas ações, estão sendo exigidas as responsabilidades dos agressores e se expõe a prevalência da violência num espectro que envolve desde a alta direção até o chão da fábrica.”

Mlambo-Ngcuka explicou que a verdadeira proporção da violência de gênero é desconhecida porque o medo de represálias, os efeitos da desconfiança e o estigma associado às vítimas “silenciaram as vozes de milhões de sobreviventes”. O resultado é a distorção da real dimensão do “contínuo horror” que as mulheres sofrem.

“Aqueles que se manifestaram nos ajudaram a entender melhor como o assédio sexual tem sido normalizado e até mesmo justificado como uma parte inevitável da vida de uma mulher. A sua generalização, mesmo dentro do Sistema das Nações Unidas, contribuiu para que seja percebido como um problema menor, que pode ser passado por cima ou até mesmo tolerado. Assim, apenas os casos mais atrozes têm tido o esforço para empreender o árduo caminho da denúncia. É um círculo vicioso que deve terminar”, avaliou a dirigente.

A chefe da ONU Mulheres pediu o fim da impunidade dos crimes cometidos contra as mulheres – o que envolve engajar instituições do Estado e também do setor privado.

“Poucos casos são relatados à polícia. Menos ainda são os casos com penalidades, dos quais somente alguns são de prisão. A polícia e as instituições judiciais devem levar muito a sério as denúncias e dar prioridade à segurança e ao bem-estar das sobreviventes, por exemplo, por meio de medidas inclusivas, como mais mulheres policiais para atender às denúncias de violência apresentadas pelas mulheres”, defendeu Mlambo-Ngcuka.

A dirigente também cobrou que as legislações reconheçam o assédio sexual como “uma forma de discriminação contra as mulheres e uma violação dos direitos humanos”. “Também quem oferece emprego, em todos os países, pode influenciar decisivamente a propor padrões de comportamento que promovem a igualdade de gênero e tolerância zero para qualquer tipo de abuso”, completou a oficial das Nações Unidas.

A ONU Mulheres está na linha de frente do combate a agressões motivadas por questões de gênero. Por meio do Fundo Fiduciário pelo Fim da Violência contra as Mulheres, a agência levou assistência a mais de 6 milhões de pessoas no ano passado.

O organismo também implementa o projeto Spotlight, um programa em parceria com a União Europeia que já angariou 500 milhões de euros para erradicar a violência contra as mulheres. Em nível nacional e local, a instituição promove boas práticas para garantir cidades e espaços públicos seguros. A ONU Mulheres também atua dentro das Nações Unidas para enfrentar o abuso sexual e de poder dentro da Organização.

Nações Unidas alertam para aumento de feminicídio na América Latina

Relatório mostra que notificações oficiais de morte de mulheres por essa causa chegaram a 1.831 em 2016

(O Globo, 08/08/2018 - acesse no site de origem)

A preocupação com o alto índice de feminicídio nos países latino-americanos marcou o início da Terceira Reunião da Conferência sobre População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe, nesta terça-feira, em Lima, capital do Peru. Organizado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e pela Comissão Econômica da América Latina e Caribe (Cepal), o encontro tem como objetivo avaliar a evolução das dez metas de desenvolvimento sustentável fixadas em 2013 no Consenso de Montevideu. Uma delas é o alcance da igualdade de gênero, que inclui a eliminação da violência calcada no poder de um gênero sobre outro. No entanto, de lá para cá, os índices deste tipo de violência — e das mortes resultantes — cresceram.

De acordo com os dados mais recentes fornecidos por 16 países da região (13 da América Latina e três do Caribe), foram registrados em 2013 um total de 1.496 feminicídios e, em 2016, o número subiu para 1.831. Chama atenção, entretanto, a ausência de dados fornecidos pelo Brasil. O país, que nos últimos dias teve casos de grande repercussão, como o da advogada jogada pelo marido do quarto andar de um prédio, não tem apresentado à Cepal ou às Nações Unidas quaisquer números relacionados à violência contra a mulher.

A ausência dessas informações é um entrave para que organismos internacionais recomendem políticas públicas específicas sobre este tema. Outro dificultador é que, mesmo no caso dos países que informam dados, há muita discrepância na forma de entender o conceito de feminicídio. Em Honduras, por exemplo, entende-se que quase todas as mortes de mulheres são feminicídio. Não à toa, o país é líder nesse indicador em números absolutos, com 466 registros somente em 2016. El Salvador vem em segundo lugar, mas liderando em termos de taxa: 11,2 mortes por feminicídio por cada cem mil habitantes. As nações com os índices mais baixos são Suriname, Chile, Costa Rica e Peru.

‘É preciso padronizar as pesquisas de violência contra as mulheres’

O relatório sobre o desenvolvimento da região lançado durante a conferência dedica um capítulo inteiro à discussão sobre os poucos avanços e os muitos desafios da América Latina para conter a violência baseada em gênero.

“É necessário padronizar as pesquisas de violência contra as mulheres e melhorar os registros administrativos, a fim de poder responder a esse fenômeno persistente”, diz o relatório. “Ao mesmo tempo, é necessário fortalecer as ações de prevenção, cuidado, proteção e reparação das afetadas. O bem-estar das sociedades latino-americanas será maior quanto menores forem as lacunas de gênero em todas as áreas, e essa redução de lacunas é especialmente urgente em relação ao feminicídio, a expressão mais extrema de violência e da discriminação de

gênero. A vida de muitas mulheres ainda é perdida devido a mortes evitáveis na região todos os dias”.

Coincidentemente, o início da conferência acontece no aniversário de 12 anos da Lei Maria da Penha, assinada em 7 de agosto de 2006. Também nesta terça, o governo brasileiro divulgou que, entre janeiro e junho deste ano, a Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência recebeu 72.839 denúncias, por meio do número de telefone 180. Houve aumento de 37,3% nos relatos de homicídio e de 16,9% nos de violência sexual em relação ao ano passado.

A representante do Brasil na conferência é Marise Nogueira, conselheira do Ministério das Relações Exteriores. No entanto, ela ainda não fez seu discurso no evento. O encontro vai até quinta-feira, dia 9 de agosto, e até lá é esperado que haja uma apresentação feita por ela com foco no Brasil. A reunião foi inaugurada pelo presidente do Peru, Martín Vizcarra, e contou com a participação de um representante de cada nação, além de Mario Cimoli, secretário executivo adjunto da Cepal; Natalia Kanem, diretora executiva do UNFPA; e Patricia Chemor, secretária-geral do Conselho Nacional de População (Conapo) do México.

— Persistem grandes desigualdades econômicas, sociais, de gênero, de acesso a serviços de saúde, de educação, de uma vida plena e a ampliação de oportunidades que devemos alcançar para ter um presente e um futuro mais justos e dignos para todas e todos — afirmou Patricia.
— E um dos mecanismos para conseguir isso é precisamente o Consenso de Montevideu.

O Consenso de Montevideu é um documento, firmado em 2013 durante reunião desses mesmos países na capital uruguaia, que estabelece nove grandes áreas nas quais a região precisa se desenvolver. São elas: respeito aos direitos humanos; direitos das crianças e adolescentes; proteção social e econômica da população mais velha; acesso universal a serviços de saúde sexual e reprodutiva; igualdade de gênero; proteção aos migrantes; igualdade na mobilidade dos cidadãos; proteção aos povos indígenas; e combate ao racismo. Muitos desses aspectos, no entanto, têm indicadores difíceis de serem medidos.

Os próximos passos são a revisão e atualização do documento até final do mês que vem. A partir de então, o consenso passa a ser entendido como um acordo entre os países da região, apesar de não ser vinculante. Isto é, os países não têm obrigação de criar iniciativas para alcançar as metas e não serão punidos caso não alcancem. Mas é esperado que haja esse compromisso.

— Até 30 de setembro, serão consideradas todos os acréscimos e sugestões que os países enviarem. Uma vez que eles sejam incorporados, o documento deixará de ser apenas um projeto para se tornar um compromisso de desenvolvimento sustentável. E os indicadores estabelecidos voltarão a ser avaliados em 2020 — disse Dereje Wordofa, diretor executivo do UNFPA.

Com Argentina, tema do aborto ganha destaque

O relatório também aponta a necessidade de melhorar o acesso de mulheres a direitos sexuais e reprodutivos para reduzir a gravidez indesejada e diminuir as complicações e mortes por aborto inseguro. Segundo o documento, “países como Brasil, Costa Rica, El Salvador, Guatemala e Peru mencionam que, embora a contracepção de emergência tenha se difundido mais nos últimos anos, ainda é difícil de obter no sistema público de saúde”.

Com relação ao acesso a aborto nos casos já previstos em lei no Brasil — risco de vida para a

mulher, estupro e feto com anencefalia —, o relatório informa que, a partir de dados fornecidos pelo país, existem 77 serviços cadastrados para realizar o serviço. No entanto, o texto também destaca que, segundo a legislação brasileira, qualquer unidade de saúde está habilitada para fazer o aborto legal.

Durante a fala do representante da Argentina na conferência, Roberto Candiano, os aplausos tomaram conta do salão quando ele mencionou a proximidade da votação sobre a descriminalização do aborto no Senado argentino, prevista para esta quarta-feira, dia 8. Nesse momento, muitas mulheres na plateia ergueram lenços verdes em sinal de apoio à descriminalização. Ao final do discurso, elas passaram a entoar, em espanhol, o grito de guerra “Que seja lei”.

Brasil se destaca em diminuição da pobreza e combate à Aids

O documento traz, também, pontos positivos do Brasil. Um deles é a pequena taxa de pessoas abaixo da linha da pobreza. O índice brasileiro é o menor de toda a América Latina, com 8%. Em segundo, vem o Uruguai, com aproximadamente 10%. Em relação à pobreza, todos os países da região reduziram seus índices de 2013 para 2015, exceto três: El Salvador, México e Venezuela. Percentualmente, o país que mais avançou na redução da pobreza nesse período foi o Chile.

Outro destaque é a contínua atenção à saúde de pessoas com HIV no Brasil. Com um programa de HIV/Aids pioneiro na América Latina e reconhecido em todo o mundo, o país tem conseguido evitar o aumento de novas infecções.

Agências da ONU divulgam nota expressando preocupação sobre PEC 181/15

Agências das Nações Unidas no Brasil manifestaram no domingo (19) preocupação com a eventual aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 181/15 que, segundo as instituições, em seus termos atuais acarretará em maior risco para a saúde de mulheres e meninas.

[\(ONU BR, 20/11/2017 - acesse no site de origem\)](#)

As agências da ONU lembram que, de acordo com relatores do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, a negação de serviços de abortamento nos casos já previstos em lei pode colocar em risco a saúde física e mental de mulheres e meninas cujo sofrimento pode constituir tortura e/ou tratamento cruel, desumano ou degradante.

A declaração foi divulgada em comunicado assinado por Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), ONU Mulheres, Escritório da Organização Pan-Americana da

Saúde/Organização Mundial da Saúde no Brasil (OPAS/OMS) e o Escritório Regional para a América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH).

Agências das Nações Unidas no Brasil manifestaram no domingo (19) preocupação com a eventual aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 181/15 que, segundo as instituições, em seus termos atuais acarretará em [maior risco para a saúde de mulheres e meninas](#).

A declaração foi divulgada em comunicado assinado por Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), ONU Mulheres, Escritório da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde no Brasil (OPAS/OMS) e o Escritório Regional para a América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH).

Segundo as agências, a iniciativa original da PEC 181/15 de ampliar os direitos de licença maternidade às mães de filhos prematuros é meritória e consolida a posição de respeito à mulher e ao planejamento familiar na Constituição brasileira.

No processo legislativo, houve a decisão recente da Comissão Especial da Câmara dos Deputados de adicionar tema alheio à proposta original, com a inclusão do conceito de “concepção” como o início da vida e/ou condição para os direitos básicos das pessoas.

De acordo com as agências, com essa inclusão, a PEC desviou-se de seu propósito e do espírito original da vontade de legislação e também distanciou o Brasil dos compromissos internacionais firmados no campo dos direitos humanos, incluindo os direitos das mulheres, a igualdade de gênero, população e desenvolvimento.

“A PEC 181/15 em sua redação atual coloca as mulheres e meninas em uma situação que comprometeria o exercício de seus direitos humanos e que limitaria a capacidade do Estado, como garantidor desses direitos, no cumprimento de suas obrigações em matéria de direitos reprodutivos”, afirmam as agências.

“Estes estão baseados no reconhecimento do direito básico de todos os casais e indivíduos de decidir de forma livre e responsável sobre o número de filhos/as, o espaçamento entre os nascimentos e de contar com as informações e os meios para isso, bem como o direito de contar com o mais alto nível de saúde sexual e reprodutiva”, completaram.

O direito à maternidade segura deve garantir uma adequada capacidade de escolha e a oferta de serviços de saúde que permitam que uma gravidez não comprometa a vida das mulheres, segundo as agências das Nações Unidas.

“O aborto em condições de insegurança é uma das principais causas de morte materna no Brasil e no mundo. Para evitá-lo, são necessárias políticas integrais de saúde sexual e reprodutiva, que forneçam informações, recursos educacionais, acesso a serviços e o acompanhamento antes, durante e após a gravidez, de acordo com as disposições da Constituição Federal Brasileira de 1988 sobre o direito ao planejamento familiar.”

A legislação brasileira atual permite a interrupção voluntária da gravidez em três casos: risco de vida da mulher, estupro e anencefalia. Nos três casos, a interrupção voluntária da gravidez permite que as mulheres possam fazer uma decisão de extrema importância, sem qualquer tipo

de imposição.

Na redação atual, a PEC 181/15 retira das mulheres a possibilidade de tomar decisões diante de fatos que implicam em grave violação de seus direitos mais fundamentais, ficando o Estado, por meio da PEC 181/15, com a decisão final e exclusiva sobre a vida e o bem-estar das mulheres e meninas, penalizando duplamente vítimas de violência sexual ou que estejam em situação de risco ou vulnerabilidade, salientaram as agências.

As entidades lembram que, de acordo com relatores do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, a negação de serviços de abortamento nos casos já previstos em lei pode colocar em risco a saúde física e mental de mulheres e meninas cujo sofrimento pode constituir tortura e/ou tratamento cruel, desumano ou degradante.

“O UNFPA, a ONU Mulheres, a OPAS/OMS e o ACNUDH lamentam o retrocesso que a eventual aprovação da PEC 181/15 em seus termos atuais pode acarretar e expressam a necessidade de se estabelecer um diálogo amplo e aberto sobre o assunto, que incorpore os pontos de vista dos diversos setores da sociedade e, em particular, da sociedade civil organizada e dos grupos de mulheres, sujeitos prioritários desta legislação”, afirmaram.

[Clique aqui para ler o comunicado completo.](#)

Rede de apoio é fundamental para combater violência contra a mulher

Ana Maria, 51, conviveu, ao longo de 34 anos de casamento, com agressões morais e violência física. “Era muita briga, um ciúme doentio, eu não podia fazer nada, nem falar com ninguém”. Amargurando a dor de cada ato sozinha, pois “chorava muito e guardava tudo só pra mim, porque tinha vergonha de contar para as outras pessoas”, acabou sofrendo um acidente vascular cerebral hemorrágico (Avch), que a deixou um mês em coma. Recuperada, voltou para casa e conviveu por três meses em um lar sem brigas. Quando o marido mais uma vez a agrediu com gritos, ameaças e empurrões, ela decidiu que era hora de romper o relacionamento.

[\(Agência Brasil, 10/10/2017 - acesse no site de origem\)](#)

A mulher esperou o marido ir trabalhar para, apenas com a roupa do corpo, fugir de casa. “Não sabia para onde ir, porque não tinha ninguém para me dar apoio. Eu estava andando e vi uma reportagem sobre a Casa da Mulher Brasileira, em Brasília, que estava oferecendo curso para mulheres que sofreram agressão. Eu decidi ir até lá. Cheguei, registrei a ocorrência e perguntei para a recepcionista pelo curso, que era um curso para cuidadora de idosos. Ela falou que as vagas estavam preenchidas e fui embora. Ela recebeu uma ligação e depois me chamou porque tinha havido uma desistência”, relembra.

Depois do curso, Ana não tinha para onde retornar. E foi assim durante três noites, o que fez

com que tivesse que dormir sentada em um ponto de ônibus. Depois, buscou abrigo na casa de colegas. Apesar das dificuldades, seguiu. Apoiada pela Casa da Mulher, fez aulas de massoterapia e, atualmente, faz curso de Técnico em Enfermagem.

“Eu não tinha profissão. Sabia lavar roupa, arrumar casa, ir para festa. Uma vida de dona de casa mesmo”, diz, revelando que “tinha medo de tudo, porque tudo para mim era novo”. Foram necessários dois anos, “muita coragem e humildade” para “ajeitar a vida”. Hoje, Ana voltou a viver em sua casa, por força de decisão judicial, e trabalha para garantir o próprio sustento.

Ana é uma das milhares de mulheres brasileiras vítimas de violência. Os números são alarmantes: a cada hora, 503 mulheres brasileiras são agredidas. No ano passado, uma em cada três mulheres sofreram algum tipo de violência, conforme a pesquisa “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, fruto de parceria entre o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Fbsp) e o Datafolha. Nesta terça-feira (10), Dia Nacional de Luta Contra a Violência à Mulher, conforme estabelecido pelas Nações Unidas, a Agência Brasil ouviu especialistas para saber quais políticas têm sido desenvolvidas para acabar com esse tipo de violência.

Todos apontaram que é preciso, além de dar visibilidade aos crimes, estruturar uma rede de apoio que viabilize atendimento e alternativas de vida para as mulheres. Um dos equipamentos integrantes dessa rede é a Casa da Mulher Brasileira. Criado pelo programa “Mulher, viver sem violência”, lançado em 2013, apenas em 2015 foram inauguradas as primeiras casas, que têm como objetivo oferecer serviços integrados às mulheres vítimas de violência. Por isso, na base dessa proposta está a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, segurança pública, rede socioassistencial e promoção da autonomia financeira. O investimento financeiro e a gestão são frutos de convênios entre governo federal e estados.

Serviços de acolhimento e triagem oferecidos em Brasília

A casa do Distrito Federal foi a segunda aberta no país e funciona, desde 2015, no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601, Lote J, Plano Piloto. A unidade oferece serviços de acolhimento e triagem, apoio psicossocial, delegacia especializada, juizado em violência doméstica e familiar, promotoria, defensoria pública, ações de promoção de autonomia econômica, brinquedoteca para crianças e alojamento diurno com alimentação. Na sede da Casa da Mulher Brasileira, em Brasília, esses espaços são identificados por cores diferentes para facilitar a localização. Não há espaço para as mulheres dormirem no local. O telefone de contato é (61) 3226-5024.



Em Brasília, Casa da Mulher Brasileira dá assistência a vítimas de violência (Foto: Valter Campanato/Agência Brasil)

A instituição recebe entre cinco e dez mulheres a cada dia. Sua coordenadora, Iara Lobo, explica que a saída das mulheres de situações de violência implica, em geral, dois grandes desafios: a dependência emocional e autonomia financeira. Denúncias de violência contra a mulher podem ser feitas pelo Disque 180 ou Disque 100.

A primeira questão decorre do fato de que os agressores são, muitas vezes, pessoas pelas quais as mulheres possuem afeto. Segundo pesquisa do Fbsp, 61% das mulheres entrevistadas

disseram conhecer o agressor e 41% foram agredidas em casa. Para que a mulher consiga sair da situação de violência, “é preciso muito apoio”, afirma Iara, que destaca a importância e a atual carência de atendimento à saúde mental das vítimas.

Em relação à dependência econômica, é preciso garantir que a mulher tenha condições de viver de forma autônoma. “Muitas vezes, a mulher ou foi proibida ou teve que largar espontaneamente o trabalho e, depois de ter passado por essa violência, se separado, ela não sabe o que vai ser da vida nem para onde vai. Então, é necessário fazer um mapa da vida com ela, para saber onde ela está e para onde ela quer caminhar a curto, médio e longo prazo”, detalha Iara. A casa em Brasília tem realizado parcerias para viabilizar a reinserção laboral.

Como exemplos, cita ações de qualificação profissional desenvolvidas com o “Mulheres Mil”, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e a realização da campanha “Com que bolsa eu vou?”, que visava arrecadar e doar bolsas e produtos higiênicos para as mulheres. Sensibilizado pela campanha, o Senado Federal estabeleceu, por meio de portaria, que os próximos contratos de terceirização de mão de obra da Senado destinarão 2% das vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica em decorrência de violência doméstica e familiar. A iniciativa foi seguida pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Rede de apoio é prevista na Lei Maria da Penha

A Casa da Mulher Brasileira integra a rede de apoio prevista na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), que estabelece que União, Distrito Federal, estados e municípios poderão criar e promover “centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar; casas-abrigo para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar; delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar; programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar; e centros de educação e de reabilitação para os agressores”.

De lá para cá, embora muito tenha se falado sobre o aspecto da lei que estabelece a possibilidade de encarceramento de agressores, o lado da rede de apoio não ganhou a mesma projeção no debate público. Para a promotora Silvia Chakian, coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica do Ministério Público de São Paulo, “essa rede de atendimento é fundamental para que essa mulher tenha as consequências da violência minimizadas e para que outros casos sejam prevenidos”.

Antes da existência da rede de apoio, a mulher era submetida a uma verdadeira peregrinação em busca de instituições públicas. Além dessa dificuldade, muitas vezes era recebida por pessoas que não estavam preparadas para tratar de casos de violência, podendo submetê-la a um sofrimento continuado ou mesmo tratá-la com preconceito.

A expectativa é que situações desse tipo se tornem menos comuns com a estruturação dessa política, explica a promotora. Apesar da importância, a estruturação é incipiente. Além de receber relatos de mulheres que apontam que são revitimizadas e que se sentem pouco acolhidas nas delegacias, a promotora afirma que as instituições que deveriam apoiá-las ainda não estão devidamente estruturadas e articuladas.

“A deficiência é vista em todos os lugares, mas piora quando analisamos a interiorização”,

disse. De acordo com a promotora, mesmo em São Paulo, que tem mais dinheiro e capacidade de estruturação dessa rede do que outros estados, muitas cidades ainda não têm, por exemplo, casas-abrigo. A ausência desse apoio é central, pois “são essas mulheres que estão morrendo em silêncio dentro de casa: as que não têm sequer onde buscar ajuda”, destaca Chakian.

A Agência Brasil procurou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), vinculada à Presidência da República, para saber quantos atendimentos já foram registrados em unidades da Casa da Mulher Brasileira e como está a estruturação da rede de apoio, inclusive do ponto de vista regional, mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem.

Helena Martins; Edição: Kleber Sampaio

Bertha Lutz e a ONU

Até ano passado, pouco se sabia sobre a participação da bióloga Bertha Lutz na Conferência de São Francisco, que estabeleceu as bases para a criação da ONU em 1945. Pioneira do feminismo no Brasil, ela foi uma das oito mulheres entre 300 delegados presentes.

[\(O Globo, 10/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Mas uma série de cartas descobertas na Universidade de Londres revelou muito mais: Bertha foi a principal responsável pela inclusão da igualdade de gênero na Carta da ONU, marco histórico para o movimento feminista.

Os bastidores desta descoberta, das pesquisadoras Fatima Sator, argelina, e Elise Luhr Dietrichson, norueguesa, será tema de um documentário. A realização é da produtora Planet Pop, de brasileiros sediados em Nova York.

A investigação desvelou, ainda, que as representantes dos Estados Unidos e Inglaterra se opuseram às propostas de Bertha, que consideraram “vulgares”. Apelidaram-a de “Lutzwaffe”, trocadilho com o nome da força aérea nazista — semelhante ao pejorativo “feminazi” de hoje.

Clarissa Stycer

ONU alerta para os custos da violência contra as mulheres no mundo

Neste dia 25 de maio - Dia Laranja Pelo Fim da Violência contra as Mulheres-, as Nações

Unidas reforçam seu apelo à mobilização de recursos para acabar com a violência contra mulheres e meninas e para o imenso custo dessa violência de gênero. Estima-se que o custo da violência contra as mulheres represente 2% do produto interno bruto global, ou cerca de 1,5 trilhões de dólares.

[\(ONU Mulheres - 24/05/2017 - acesse no site de origem\)](#)

“A violência contra as mulheres é uma manifestação perversa fruto da discriminação e da desigualdade de gênero. Para além das consequências humanas imensuráveis que ela traz, tal violência impacta em elevados custos para os serviços de atendimento -incluindo a saúde, a segurança e a justiça. Investir na prevenção e na erradicação da violência contra as mulheres e meninas é muito menos custoso do que tem nos custado a falta de ação”, diz Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres.

O enfrentamento à violência contra mulheres e meninas continua apresentando desafios para o Brasil, ilustrados em dados e pesquisas sobre o tema. 40% das mulheres brasileiras já sofreram de violência doméstica em algum momento de sua vida. De acordo com pesquisa nacional de percepção, 66% dos brasileiros presenciaram uma mulher sendo agredida fisicamente ou verbalmente em 2016. . Em 2014, foram mais de 45 mil estupros cometidos no Brasil. A cada duas horas uma mulher é assassinada no país, a maioria por homens com os quais têm relações afetivas. O que coloca o Brasil na 5ª posição em um ranking de 83 países em assassinato de mulheres.

O custo da violência contra as mulheres

- O custo da violência contra as mulheres pode chegar a 2% do PIB mundial. O que equivale a 1.5 trilhões de dólares -aproximadamente a economia do Canadá.
- Em Uganda, o custo anual com funcionárias/os que tratam mulheres vítimas de violência doméstica é de 1.2 milhões de dólares.
- O custo anual da violência contra as mulheres para a Justiça no Marrocos é de 6.7 milhões de dólares.
- Na Nova Guiné, empregadas do setor privado perdem 11 dias de trabalho ao ano como resultado da violência de gênero.
- O Peru perdeu mais de 70 milhões de dias trabalhados devido à violência doméstica e familiar.
- 20% das mulheres no Camboja que foram vítimas de violência doméstica relatam que faltaram ao trabalho e seus filhos faltaram à escola.
- No Vietnã, o custo direto da violência doméstica representa 21% das despesas mensais das mulheres; e vítimas da violência doméstica ganham 35% menos do que mulheres que não sofreram este tipo de violência.
- O custo anual da violência cometida por parceiros íntimos das mulheres é de 5.8 bilhões de dólares para os Estados Unidos e de 1.6 bilhões de dólares para o Canadá. Na Inglaterra e no País de Gales o custo da violência doméstica soma 32.9 bilhões de dólares.

Agenda 2030 Rumo à Igualdade de Gênero – A Agenda 2030 reconhece a violência de gênero como uma barreira ao desenvolvimento. Os compromissos assumidos pelos Estados-Membros nesta Agenda desafiam os governos e a comunidade internacional a garantir financiamento e serviços adequados para vítimas de violência e a implementar mecanismos de prevenção para impedir que a violência contra mulheres e meninas aconteça em primeiro

lugar.

Evidências disponíveis mostram o imenso custo da violência contra mulheres e meninas em todo o mundo. E, paralelamente, também há iniciativas que ilustram como investimentos de pequena escala, quando oportunos e bem direcionados, podem trazer enormes benefícios para mulheres e meninas e para suas comunidades.

Prevenção no Brasil - Estudos sobre o custo da violência indicam que a prevenção precoce custa imensamente menos do que a intervenção em estágios avançados de crise. Revelam ainda que investir em detectar e prevenir a violência contra as mulheres poupará recursos consideráveis no futuro.

O Governo do Espírito Santo tem olhado para a prevenção como uma das principais formas de enfrentar as violências estruturais. O Estado ocupa o 2o lugar em assassinato de mulheres no país.

Em 2016, a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado iniciou em parceria com a ONU Mulheres a capacitação de 43 professores e gestores da rede pública de ensino para implementação do currículo O Valente não é Violento nas escolas. A parceria visa avançar na prevenção da violência contra mulheres e meninas por meio da educação formal sobre igualdade de gênero. Uma segunda etapa do projeto inclui a realização de um piloto com 50 escolas da rede pública, a fim de reduzir os índices de violência contra meninas, incluindo a violência sexual, o abuso, a gravidez na adolescência e o casamento infantil.

O currículo O Valente não é Violento foi elaborado com o intuito de desafiar estereótipos de gênero que levam à violência, tais como a correlação entre masculinidade e violência, a diferenciação entre meninas e meninos no aprendizado nas Ciências Exatas e nas práticas esportivas, a divisão desigual nas tarefas domésticas e em espaços de poder, entre outros temas.

“Entendo que a Educação é a porta de entrada para o diálogo com os jovens e adolescentes por estar ligada diretamente à reprodução de ideais e valores. É de suma importância que a Educação esteja atenta aos processos sociais, culturais e políticos da sociedade, e que se discuta essas mudanças e transformações na escola. Pois, é a partir da escola que podemos difundir ideias e valores para o fim da cultura machista, sexista, misógina, e, assim, combater a violência contra as mulheres”, diz a Subsecretária de Políticas para as Mulheres do Espírito Santo, Helena Soares Pacheco.

A parceria com a ONU Mulheres se insere na implementação do Programa de Enfrentamento à Violência contra as mulheres no Espírito Santo - Brasil, cujo objetivo é diminuir o seu número de homicídios.

Dia Laranja - Todo dia 25 do mês é um Dia Laranja pelo Fim da Violência contra as Mulheres. A data conclamada pelas Nações Unidas no marco da Campanha UNA-SE busca ampliar o calendário celebrado no dia 25 de novembro - Dia Internacional pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Trata-se de um dia para dar visibilidade ao tema, mobilizar o compromisso e exigir as condições para que mulheres e meninas possam viver uma vida livre de violência.

No Dia Laranja, as Nações Unidas convidam a sociedade civil, os governos e outras/os parceiros a se mobilizarem em apoio à causa.

Em 2017, o Dia Laranja adota o lema “Não deixe ninguém para trás: acabe com a violência contra as mulheres e as meninas”, que se soma aos desafios da Agenda 2030, compromisso assumido pelos Estados-Membros das Nações Unidas pela promoção da igualdade e o desenvolvimento social em todos os níveis e para todas as pessoas.

Saiba mais:

- Publicação [Why Money Matters in Efforts to End Violence Against Women and Girls](#), ONU Mulheres, 2016.
- Relatório [Donor Support to Southern Women’s Rights Organizations](#), OECD-DAC GENDERNET, 2016.
- Estudo [The Costs of Violence. Understanding the Costs of Violence Against Women and Girls and its response: selected findings and lessons learned from Asia and the Pacific](#). ONU Mulheres, 2013.
- Pesquisa [The Status of Financing for Women’s Rights Organizing and Gender Equality](#), AWID e OECD-DAC, 2011.

Notas:

[1] A definição de violência contra as mulheres desenvolvida pelas Nações Unidas na Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres é de que o termo significa qualquer ato de violência baseada em gênero que resulte em, ou possa resultar em, danos físicos, sexuais, psicológicos ou em sofrimento para as mulheres (...). Nações Unidas, 1993. Disponível em: <https://documents-dds.ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/095/05/PDF/N9409505.pdf?OpenElement>.

[2] ONU Mulheres. Why Money Matters in Efforts to End Violence Against Women and Girls. 2016. Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2016/11/why-money-matters-in-efforts-to-evaw>.

[3] Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Anuário das Mulheres Brasileiras, 2011. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/anuario/anuarioMulheresBrasileiras2011.pdf>.

[4] Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil, 2017. Disponível em:

<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil>.

[5] Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2016. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/10o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica>.

[6] Flacso Brasil. Mapa da Violência, 2015. Disponível em:

http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf.

[7] Nações Unidas. The Economic Costs of Violence Against Women: An Evaluation of the Literature. 2005. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/vaw/expert%20brief%20costs.pdf>.

[8] Flacso Brasil. Mapa da Violência, 2015. Disponível em:

http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf.

Situação dos direitos humanos no Brasil avaliada através da Revisão Periódica Universal da ONU

O relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil será avaliado pela terceira vez na sexta-feira, dia 5 de maio, pelo Grupo de Trabalho da Revisão Periódica Universal (RPU) do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, numa reunião que será transmitida ao vivo pela internet.

[\(Nações Unidas, 02/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

O Brasil faz parte de um grupo de 14 Estados que terão a situação dos direitos humanos examinada pelo Grupo de Trabalho da RPU durante a sua próxima sessão, realizada de 1 a 12 de maio, sessão essa que também marca o início do terceiro ciclo da RPU. As primeiras e segundas avaliações a que o Brasil foi submetido aconteceram, respectivamente, em abril de 2008 e maio de 2012.

Os documentos nos quais se baseiam as avaliações são: (1) o relatório nacional - informação enviada pelo Estado sob exame; (2) as informações constantes dos relatórios de grupos e peritos independentes de direitos humanos, conhecidos como Procedimentos Especiais, órgãos de tratados internacionais de direitos humanos e outras entidades das Nações Unidas; (3) as informações disponibilizadas por outras entidades, incluindo instituições nacionais de direitos humanos, organizações regionais e grupos da sociedade civil.



Sede do Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra. Foto: ONU/Jean-Marc Ferré

Entre as questões levantadas nos documentos acima mencionados estão: o combate à extrema pobreza e às desigualdades socioeconômicas; o combate (intersetorial) à discriminação baseada no gênero, etnia, religião, deficiência, orientação sexual e identidade de gênero; a proteção de crianças contra a violência, exploração sexual, trabalho infantil e sem abrigo; assegurar o direito à terra, aos serviços básicos e à participação no processo decisório para as populações indígenas e quilombolas; combater o uso excessivo da força e os homicídios cometidos pela polícia em “legítima defesa” ou durante a “guerra contra as drogas”; combater a tortura, os maus-tratos, a violência e a morte em prisões, bem como a superlotação carcerária e as más condições nos lugares de detenção; as medidas tomadas para atingir uma educação de qualidade, acessível, culturalmente adequada e para todos; combater o trabalho escravo; e proteger os defensores dos direitos humanos.

Os três relatórios que servem de base para o exame do Brasil no dia 5 de maio estão disponíveis [aqui](#).

Local: Sala 20, Palais des Nations, Genebra

Hora e data: 9:00 - 12:30, sexta-feira 5 de maio (hora de Genebra)

A RPU é um processo único que envolve um exame periódico da situação dos direitos humanos de todos os 193 Estados-membros das Nações Unidas. Desde a sua primeira reunião, realizada em abril de 2008, todos os 193 Estados-membros das Nações Unidas foram examinados duas vezes no primeiro e segundo ciclos da RPU. Durante o terceiro ciclo da RPU, espera-se que os Estados destaquem as medidas que tomaram para implementar as recomendações feitas nas revisões prévias e sobre as quais eles se comprometeram a dar seguimento; e também se espera que eles apontem os avanços recentes em direitos humanos no país.

A delegação do Brasil será chefiada pela Sra Luslinda Dias de Valois Santos, Ministra dos Direitos Humanos.

Os representantes de três países que servem como relatores (“troika”) para o exame do Brasil são: Quirguistão, El Salvador e Botsuana.

A transmissão (webcast) da sessão será feita em <http://webtv.un.org/>

A lista de oradores e de todas as declarações disponíveis feitas durante o exame do Brasil serão colocadas na Extranet da RPU neste [link](#)

Preenchimento

Nome do Usuário: hrc extranet (com espaço)

Senha: 1session

O Grupo de Trabalho da RPU está programado para adotar as recomendações do Brasil às 17h30 no dia 9 de maio. O Estado em avaliação pode querer expressar sua posição sobre as recomendações que lhe são colocadas durante o exame. As recomendações serão disponibilizadas para a mídia no mesmo dia, com antecedência.

Para mais informações e solicitações de imprensa, por favor entre em contato com Rolando Gomez através do número +41 (0) 22 917 9711 / rgomez@ohchr.org , Sarah Lubbersen através do número +41 (0) 22 917 9689 / slubbersen@ohchr.org ou Cédric Sapey através do número +41 (0) 22 917 9751 / csapey@ohchr.org

[Sabatina da ONU vai denunciar falta de política sobre violência contra mulher](#)

O Brasil é denunciado nas Nações Unidas (ONU) por conta da violência contra a mulher e a entidade alerta que frear essa realidade é ainda um “desafio” ao País. Entidades apresentaram documentos à ONU alertando que 500 mil casos de estupros ou tentativas de estupros são registradas por ano no País, enquanto cerca de 5 mil mulheres são mortas.

[\(O Estado de S. Paulo, 26/04/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Os dados foram transmitidos pela ONU a todos os governos que, no próximo dia 5 de maio, questionarão as políticas de direitos humanos no Brasil. Governos de todo o mundo são obrigados a passar por uma Revisão Periódica Universal, um mecanismo criado nas Nações Unidas para examinar todos os aspectos de direitos humanos nos países de forma regular.

Leia também: [Raio-x da ONU apresenta Brasil como país com 'discriminação estrutural'](#)

Para se preparar para o questionamento, a ONU elaborou um raio-x oficial sobre a situação brasileira nesse período desde o último exame do País, em 2012. No documento, ela compila os resultados de investigações de relatores independentes, grupos de especialistas e missões realizadas no País nos últimos cinco anos. A constatação é de que, principalmente em relação a mulheres negras, a violência continua sendo uma questão a ser tratada pelo governo.



Governo será cobrado sobre políticas de proteção à mulher /Foto: Segio Moraes/Reuters

Em um segundo informe, a ONU ainda reuniu os dados que considera mais relevantes entre as acusações apresentadas pela sociedade civil. Esse informe também foi entregue a todos os governos para que possam questionar o Brasil.

Entre as acusações que o governo enfrentará é a de justamente não ter implementado políticas para lidar com a violência contra a mulher. O Estado apurou que governos europeus pretendem levar o tema ao debate do dia 5. Em pelo menos uma das perguntas já enviadas ao governo brasileiro por um país estrangeiro, o tema cobrado foi o das mulheres.

A ONU ainda foi munida por informações preparadas por uma rede de entidades, entre elas Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Ação Educativa, Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação e pela Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança (Anced).

De acordo com os dados enviados pelas ONGs para a ONU e com base em estatísticas da Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 5 mil mulheres morrem por ano alvo de violência.

Além disso, 500 mil estupros e tentativas de estupros podem ocorrer por ano. Os dados foram retirados de um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que, em 2015, calculou a dimensão da violência contra a mulher no País. De acordo com uma nota técnica do Ipea, a instituição de pesquisa “levou a campo um questionário sobre vitimização, no âmbito do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), que continha algumas questões sobre violência sexual”. “A partir das respostas, estimou-se que a cada ano no Brasil 0,26% da população sofre violência sexual, o que indica que haja anualmente 527 mil tentativas ou casos de estupros consumados no país, dos quais 10% são reportados à polícia”, apontou.

“Tal informação é consistente com os dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) de 2013, que apontou que em 2012 foram notificados 50.617 casos de estupro no Brasil”, explicaram.

O problema, de acordo com as entidades, é que apenas 35% dos casos de violência sexual são registrados, em grande parte por culpa da “falta de confiança de que o sistema judicial os tratará com seriedade”.

Em outra submissão, entidades indicaram que o Brasil ainda não conta com um número suficiente de cortes especializadas para tratar de casos de mulheres que são vítimas de violência. No total, existem 66 tribunais com essas características, enquanto o Conselho Nacional de Justiça estima que o País precisa de 120.

Outro debate que será alvo de exame é a situação do aborto. De acordo com o Centro de Direitos Reprodutivos, nem todas as vítimas têm acesso aos serviços de aborto legal. Para a entidade, cujos dados foram compilados pela ONU, “dois terços de mortes na gravidez no Nordeste ocorrem como resultado de abortos clandestinos”. Na avaliação do grupo, a maioria das políticas no Brasil ainda é construída com a “perspectiva do feto, e não na perspectiva da mãe”.

Em documentos entregues à ONU pela Associação “Comunita Papa Giovanni XXIII”, é a violência contra as mulheres nas prisões que é alvo de denúncias. Os dados do informe distribuído pelas Nações Unidas apontam para os casos de abusos sexuais contra as detentas por parte de policiais.

Respostas. Em uma primeira resposta enviada à ONU, o governo brasileiro insistiu que qualifica esses crimes contra mulheres como hediondos. Brasília ainda insistiu que “regras e regulamentos foram introduzidos para profissionais de saúde” para garantir uma atenção às vítimas de violência sexual.

Além da publicação de documentos, o governo apontou que um programa foi criado em 2013 com seis medidas estratégicas para lutar contra a violência, além do estabelecimento de unidades móveis para cuidar das mulheres em situação de risco na zona rural.

Representantes de agências da ONU participam, em Brasília, do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável

Realizado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP) em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o evento bianual reúne prefeitos de todo país, além de ministros, parlamentares, secretários municipais e estaduais, pesquisadores, estudantes e integrantes de delegações estrangeiras e organismos internacionais.

[\(ONU Mulheres, 24/04/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

A edição deste ano discutirá também a implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos contextos estaduais e municipais, parte da agenda de desenvolvimento aprovada pelos Estados-membros das Nações Unidas no fim de 2015 e que deve ser cumprida até 2030.

A expectativa é de que o Encontro, realizado no Estádio Nacional Mané Garrincha, reúna ao menos 10 mil participantes. Com salas temáticas, arenas de diálogo e atividades culturais, o evento tem apoio de mais de 100 instituições nacionais e internacionais.



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável serão discutidos pela administração municipal

Participação das Nações Unidas - A Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) acompanhará a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo na mesa de debates “Cidades inclusivas e igualitárias”, que ocorrerá na terça-feira (25), às 9h (horário

de Brasília), na sala temática “Cidadania, participação social e o direito à cidade”.

O debate com o ACNUR abordará soluções que busquem tornar os espaços urbanos mais inclusivos, considerando as oportunidades e necessidades de migrantes e refugiados.

O Fundo de População da ONU (UNFPA) indicou debatedores e participa como mediador das mesas “Cidades inclusivas e igualitárias” e “Construir políticas inter-setoriais para crianças, adolescentes e jovens como instrumentos para a inclusão social no município”.

Outras mesas que terão participação do UNFPA incluem “Contribuir para o enfrentamento à violência contra adolescentes ou jovens” e “Desigualdades, desproteções e territórios: o papel do governo local”.

Já a ONU Mulheres participará de debates sobre políticas para as mulheres, igualdade de gênero e sustentabilidade na administração municipal.

Na terça-feira (25/4), às 14h15, o tema “Igualdade de Gênero e a Participação Política de Mulheres no Nível Local” será abordado pela representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, pela professora da Universidade de Brasília, Lia Zanotta, e pela senadora Regina Sousa.

Na sexta-feira (28/4), a gerente de programas da ONU Mulheres, Joana Chagas, apresentará a iniciativa Orçamentos Sensíveis a Gênero, voltado à inclusão da perspectiva de gênero nos orçamentos públicos. A apresentação ocorrerá na mesa de debate “Financiamento e implementação da Agenda 2030 no meu município”, programada para as 9h.

As mesas das quais a ONU Mulheres participará incluem moderação de representantes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que por sua vez promove oito mesas temáticas.

Na sala temática “Cidadania, participação social e o direito à cidade”, as mesas de debate do PNUD discutirão as ferramentas para promover a participação no município; igualdade de gênero e participação política de mulheres no nível local; cidades inclusivas e igualitárias; e as redes sociais como forma de participação social.

Temas como a nova agenda urbana e oportunidades de investimento, financiamento e benefícios da implementação da Agenda 2030 e a relevância dos ODS para os municípios serão discutidos na Sala Temática “Financiamento e implementação da Nova Agenda Urbana e dos ODS”.

Financiado pela ONU Meio Ambiente e pelo World Resource Institute Brasil, o painel “Como transformar as cidades por meio do transporte a pé e de bicicletas” tratará de opções de mobilidade de baixo carbono. O debate está agendado para dia 27 às 9h.

IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável

Data: de 24 a 28 de abril.

Local: Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília.

Acesse o site do evento para a programação completa: <http://www.emds.fnp.org.br/>

Localize a ONU no evento:

Sala temática 9: Financiamento de Implementação da Nova Agenda Urbana e dos ODS

Mesa 9.1 - A relevância da Agenda 2030 para os municípios.

Mesa 9.2 - A Nova Agenda Urbana como oportunidade de investimento no meu Município

Mesa 9.3 – Benefícios da implementação da Agenda 2030 no município
Mesa 9.4 – Financiamento e implementação da Agenda 2030 no meu município.
Sala temática 12: Desafios da mobilidade urbana
Mesa 12.1 – Como qualificar o transporte coletivo e atrair novas fontes de recursos
Sala temática 17: Cidadania, participação social e o direito à cidade
Mesa 17.1: Ferramentas para promover a participação no município.
Mesa 17.2 – Cidades inclusivas e igualitárias.
Mesa 17.3 – Igualdade de gênero e participação política de mulheres no nível local.
Sala temática 18: Responsabilidades das políticas setoriais com a Juventude
Mesa 18.1 – Construir políticas intersetoriais para crianças, adolescentes e jovens como instrumentos de garantia de direitos e inclusão social no município
Mesa 18.3 – Contribuir para o enfrentamento à violência contra adolescentes ou jovens
Sala temática 19: Conhecer e intervir: desafios dos governos locais no enfrentamento das desigualdades sociais
Mesa 19.1 – Desigualdades, desproteções e territórios: o papel do governo local

Raio-x da ONU apresenta Brasil como país com ‘discriminação estrutural’

GENEBRA - Um país com uma discriminação estrutural, intolerante, com altas taxas de violência e até com seu caráter secular ameaçado por pressões de grupos e bancadas religiosos dentro da política. Esse é o panorama que relatores da ONU traçam sobre Brasil, no momento em que o governo começa se preparar para ser sabatinado nas Nações Unidas sobre a situação dos direitos humanos no País.

[\(O Estado de S. Paulo, 20/04/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Governos de todo o mundo são obrigados a passar por uma Revisão Periódica Universal, um mecanismo criado nas Nações Unidas para examinar todos os aspectos de direitos humanos nos países de forma regular.

Para se preparar para o questionamento, a entidade elaborou um raio-x completo sobre a situação brasileira nesse período desde o último exame do País, em 2012. No documento, ela compila os resultados de investigações de relatores independentes, grupos de especialistas e missões realizadas no País nos últimos cinco anos. As conclusões apontam para sérias violações.



Nações Unidas examina aspectos de direitos humanos nos países /Foto: REUTERS/Mike Segar

Uma das preocupações dos relatores da ONU se refere à situação da discriminação e desigualdade “estruturais” na sociedade. Apesar de diversos avanços sociais, o informe insiste que “milhões de pessoas continuam a viver em ambientes insalubres, sem acesso à água e saneamento”. Os maiores problemas estariam nas regiões Norte e Nordeste. No caso da saúde, o relatório também aponta como “desigualdades impedem que as populações mais vulneráveis tenham acesso efetivo aos tratamentos de saúde”.

Segundo a entidade, relatores alertaram para a situação dos homossexuais no País. De acordo com o informe, ainda que o Brasil “não criminalize atos homossexuais, relatos indicam que ele tem um dos maiores níveis de violência contra lésbicas, gays e bissexuais”.

Os relatores afirmam estar preocupados com a remoção de estratégias que tinham como objetivo eliminar a discriminação baseada na orientação sexual e raça de planos educacionais em alguns Estados. “O Brasil não tomou medidas necessárias para combater a discriminação estrutural contra esse grupo”, alertou.

Se o Brasil adota uma postura de liderança no cenário internacional quando fala dos direitos dos homossexuais, a ONU alerta que a realidade doméstica ainda é de problemas. “O Congresso criou desafios adicionais aos direitos de lésbicas, gays, bissexuais”, indicou. Segundo a entidade, ganha apoio entre deputados e senadores ideias que excluam esse grupo do conceito de estatuto da família, enquanto chega a ser proposto o dia do orgulho heterossexual.

Religião. Essas propostas no Congresso também apontariam para outro fator que vem preocupando os relatores da ONU: “a dominância cada vez maior de certos grupos religiosos e que sua concentração no poder podem ter um impacto negativo sério no caráter secular do Estado brasileiro”.

O documento cita iniciativas legislativas e até de emendas constitucionais dando mais poder a associações religiosas e a possibilidade de desafiar a constitucionalidade de certas leis.

O relatório não cita os nomes dos grupos religiosos envolvidos nessa concentração de poder. Mas indica que a entidade está ainda preocupada com “o assédio, intimidação e até violência contra pessoas de religiões afro no Brasil, incluindo a vandalização de locais de culto”.

No documento que serve de referência para o informe que será apresentado em maio, a ONU usa os dados coletados pela relatora especial Rita Izsák. Em seu levantamento de fevereiro de 2016, ela aponta como membros de religiões afro tem visto os grupos evangélicos como uma ameaça à liberdade religiosa. “Muitos frequentadores de terreiros apontam que são assediados por evangélicos, incluindo por esforços de conversão agressiva e a distribuição de panfletos em locais de culto”.

Negros. Um dos temas centrais que será debatido na sabatina é a violência “generalizada” e muitas vezes cometidas pela Polícia Militar e forças de segurança contra minorias. Mas nos dados compilados, a entidade deixa claro que está preocupado com a dimensão racial dessa violência. “Dos 56 mil homicídios que ocorrem a cada ano, 30 mil envolvem vítimas de 15 a 29 anos de idade, dos quais 77% são afro-brasileiros”, diz.

Usando outro dado do Grupo de Especialistas sobre Povos de Descendência Africana, o informe alerta para o foco excessivo da violência policial contra negros. O mesmo grupo ainda destaca que essa mesma população está “sobre-representada em empregos de baixa qualificação e nas prisões”. O informe também denuncia o número baixo de mulheres negras em posições de poder e a “desigualdade persistente em termos de acesso a empregos”.

No que se refere à pobreza, o documento aponta que ainda são os afrodescendentes os mais afetados. De 16 milhões de brasileiros que vivem em extrema pobreza, 70% são negros.

Os relatores da ONU admitiram que houve um progresso econômico “significativo” no Brasil nas últimas décadas. “Mas enquanto programas como Minha Casa, Minha Vida e Bolsa Família ajudaram muitas das comunidades, a desigualdade para afro-brasileiros continuou”.

O que preocupa ainda os relatores da ONU é que os planos de congelar gastos públicos por 20 anos são “incompatíveis com as obrigações de direitos humanos do país”, principalmente diante desse cenário ainda de desigualdade.

Uma situação de desigualdade também é registrada na educação. De acordo com o informe, 64% dos afrobrasileiros não completam a educação básica. Segundo a Unesco, ainda que o Brasil tenha aumentado de forma “significativa os investimentos em educação na última década, o País ainda enfrenta desafios maiores no financiamento da educação”.

O relatório também aponta que “ainda que ações afirmativas tenham sido implementadas com sucesso no Brasil, as desigualdades raciais persistem no sistema educacional”. “Se as cotas inicialmente permitiram o acesso à educação universitárias, os custos associados a isso ainda tornam a educação difícil aos estudantes”, aponta. Com base nos informes do Grupo de Trabalho, o relatório aponta que existem ainda preocupações sobre o treinamento de professores e a oposição a ensinar a cultura afrobrasileira nas escolas.

Outro grupo que sofre também são os indígenas. Para os relatores da ONU, existe um “fracasso do estado em proteger as terras desses povos de atividades ilegais”, enquanto os

cortes de orçamento na Funai podem representar uma ameaça.

Tortura. Na sabatina, o governo brasileiro ainda terá de responder pela situação das prisões brasileiras. De acordo com o informe, existe um “consistente e repetido” cenário de tortura por parte da polícia, além da falta de independência de institutos médicos forenses.

Em um esforço para lidar com a crise nas penitenciárias, os relatores da ONU sugerem a ampliação de penas alternativas. “A falta de saneamento e superlotação transformaram as prisões em locais onde a prevenção de doenças é um desafio permanente”, disse.

Lembrando de massacres em prisões em janeiro deste ano, o documento também aponta como os relatores estão “profundamente preocupados com os incidentes de extrema violência, incluindo homicídios, entre detentos”.